

CORPO E ALMA DO BRASIL

Direção dos
Profs. Fernando Henrique Cardoso
e Boris Fausto

XXIII



MANUEL NUNES DIAS — FERNANDO. A
NOVAIS — EMÍLIA VIOTTI DA COSTA —
VIRGÍLIO NOYA PINTO — JOSÉ RIBEIRO
JÚNIOR — MARIA DO CARMO CAMPELLO
DE SOUZA — BORIS FAUSTO — LOURDES
SOLA — GABRIEL COHN — PAULA
BEIGUELMAN — JAIME PINSKY E NILO
ODÁLIA

BRASIL EM PERSPECTIVA

Prefácio do
PROF. JOÃO CRUZ COSTA

*Organização
e Introdução de*
CARLOS GUILHERME MOTA

19.^a EDIÇÃO



Capa de
CLAUS P. BERGNER

1990

Todos os direitos reservados à:
EDITORA BERTRAND BRASIL S.A.
Rua Benjamin Constant, 142 - Glória
20241 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 221-1132
Telex: (21) 38074
Fax: (021) 231-0754

ÍNDICE

PREFÁCIO — Prof. João Cruz Costa	7
NOTA INTRODUTÓRIA — Carlos Guilherme Mota	11
EXPANSÃO EUROPÉIA E DESCOBRIMENTO DO BRASIL — Manuel Nunes Dias	15
O BRASIL NOS QUADROS DO ANTIGO SISTEMA COLO- NIAL — Fernando A. Novais	47
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA EMANCIPAÇÃO POLÍTI- CA — Emília Viotti da Costa	64
BALANÇO DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÓMICAS NO SÉ- CULO XIX — Virgílio Noya Pinto	126
O BRASIL MONÁRQUICO EM FACE DAS REPÚBLICAS AMERICANAS — José Ribeiro Júnior	146
O PROCESSO POLÍTICO-PARTIDÁRIO NA PRIMEIRA RE- PÚBLICA — Maria do Carmo Campello de Souza	162
A REVOLUÇÃO DE 1930 — Boris Fausto	227
O GOLPE DE 37 E O ESTADO NOVO — Lourdes Sola	256
PROBLEMAS DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO SÉCULO XX — Gabriel Cohn	283
O PROCESSO POLÍTICO-PARTIDÁRIO BRASILEIRO DE 1945 AO PLEBISCITO — Paula Beiguelman	317
O BRASIL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: 1930-1945 — Jaime Pinsky	337
O BRASIL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: 1945-1964 — Nilo Odália	350

vimento do Brasil e da situação do país no contexto latino-americano (visto que o seu parque industrial é cada vez mais uma ramificação de um conjunto mais amplo e internacional) e, sobretudo, de um exame das relações do país com os centros dominantes da economia capitalista, em especial os E.U.A. Isso, contudo, escapa amplamente aos objetivos e alcance deste artigo, que apenas visa pôr os problemas contemporâneos da industrialização no Brasil na sua adequada perspectiva histórica.

O PROCESSO POLÍTICO-PARTIDÁRIO BRASILEIRO DE 1945 AO PLEBISCITO

PAULA BEIGUELMAN

Na primeira eleição presidencial do período político que se inicia em 1945, já os três principais partidos se apresentam eleitoralmente distribuídos em dois campos: PSD-PTB (reunidos em torno da candidatura pessedista) e UDN⁽¹⁾. Nesse esquema, não obstante a ampla receptividade alcançada junto à opinião pela campanha eleitoral em torno do nome do Brigadeiro Eduardo Gomes, a UDN vê seu candidato derrotado nas urnas. Para o segundo quinquênio, PSD e PTB concorrem com candidatos próprios, sendo que o PTB apresenta o nome de Getúlio Vargas, cuja indicação permitia tirar-se proveito de algumas das características básicas do recrutamento eleitoral petebista.

Com efeito, o PTB se constituía como um partido de massas, referido a um vínculo⁽²⁾ entre Getúlio Vargas e o operariado urbano, sustentado pela outorga de legislação trabalhista.

Transcendendo o âmbito urbano, o apelo populista atingia a massa rural e fazia vir à tona uma insuspeitada potencialidade de desintegração das estruturas locais de poder político, até então dominadas pelos detentores do poder sócio-econômico, distribuídos eleitoralmente entre PSD e UDN: delineava-se uma latente diferenciação política no sentido vertical, uma vez que

(1) Na UDN se congregou o grosso das forças tradicionais de oposição à antiga ditadura.

(2) O exame das condições de estruturação desse vínculo desenvolvido durante a ditadura, no curso de um processo que inclui a repressão à política operária não-paternalista, escapa ao objetivo deste estudo.

o estrato inferior revelava uma disposição para identificar-se com o populismo getulista (3).

Nessas condições, percebendo a pouca viabilidade de uma vitória estritamente partidária, o PSD deixa de sustentar seu próprio candidato, em benefício da candidatura petebista, de maior atração, cujo triunfo se vê assim garantido pela soma dos votos de ambos os partidos: uma segunda vez a UDN era vencida pela aliança PSD-PTB (4).

Reagindo à derrota ante o getulismo, a oposição tenta pôr em dúvida, como insuficiente, a expressividade numérica do resultado eleitoral. A denúncia de um perigo que ameaçaria as instituições democráticas perdia, porém, sua força, se se considerasse que a nova situação política recebera, de fato, sua confirmação nas urnas. Dessa forma, o protesto oposicionista não chegou a acarretar conseqüências práticas.

Após um período inicial de relativa acomodação, o governo, sustentado por um movimento de opinião e recebendo por fim o apoio dos diversos partidos, promove vitoriosamente a passagem de um projeto instituindo o monopólio estatal da exploração do petróleo.

Animado pelo crédito proveniente desse triunfo o Presidente intensifica o esforço no sentido de consolidar as bases do seu partido, contando com a dinamização imprimida à atividade sindical pelo ministro do Trabalho João Goulart.

Do ponto de vista das forças definidas contra a antiga ditadura, essa diretriz assumia uma aparência politicamente equívoca, tanto mais que era possível argüir ao *staff* presidencial seja uma identificação com o extinto regime, seja simpatia para com o peronismo (5).

(3) A expressão concreta dessa potencialidade dependia naturalmente de que não fossem opostos obstáculos intransponíveis à sua manifestação, por parte do senhor rural.

(4) No curso da gestão Dutra, o PSD no poder aproximara-se da UDN, dissociando-se do PTB. Em conseqüência, criara-se a expectativa de que, no encaminhamento sucessório, o candidato petedista seria apoiado pela UDN. Entretanto, o fato de que o PSD e o PTB concorrerem com candidatos distintos animou a UDN a apresentar uma candidatura própria — o que tornou a lançar o PSD na direção do PTB.

(5) Nesse passo será trazida à tona a lembrança de 1937. Em momentos subseqüentes, sempre que a opinião radical progredir sob os auspícios do governo, a oposição invocará uma analogia mais completa com o esquema daquela situação: o estímulo à agitação radical como premissa da guinada para a direita.

É nessas condições que, estimulada por manifestações de cunho antigovernista partidas de um grupo da oficialidade, a oposição, liderada por Carlos Lacerda, enceta, em 1954, cerrada campanha contra o grupo no poder.

Tendo o governo se empenhado em criar uma imprensa partidária, Lacerda alegará distorção do princípio de livre-empresa, desde que a imprensa particular tinha que competir com a privilegiada governamentalmente. Além disso, a fim de aumentar a vulnerabilidade do adversário perante a opinião, conduzirá os ataques para o terreno da denúncia de irregularidades administrativas, bem como da suspeição sobre a honorabilidade pessoal e política de membros do governo e da assessoria presidencial.

A matéria dessa acusação era apontada como suficiente para, por si só, incompatibilizar o governo do ponto de vista moral, mesmo que se deixasse de parte uma avaliação de caráter político. Na verdade, porém, a denúncia de Lacerda tinha um objetivo essencialmente político, e visava, num sentido defensivo, à sustação de uma eventual *marcha para o* encerramento do jogo democrático — da qual as irregularidades apontadas representariam, no seu entender, apenas sintomas — e, num sentido ofensivo, à destruição dos grupos adversários, encarados enquanto herdeiros das forças simpáticas à antiga ditadura.

Nesse ínterim, a problemática econômica brasileira já passara a desenrolar-se num contexto no qual se inseriam: o fracasso prático das teses do liberalismo econômico, com referência ao comércio exterior; o esforço que o país encetava para estabelecer a empresa estatal; a perspectiva de uma política de emissão e crédito, não condizente com as normas adotadas pelos organismos financeiros internacionais.

A esse quadro, correspondia a emergência de um nacionalismo-desenvolvimentista, favorável à intensificação do impulso na direção do setor interno da economia.

Dessa forma, introduzia-se no debate político um novo elemento, através de cuja perspectiva se reformulava o sentido do choque entre a oposição e o governo.

Com efeito, da própria dinâmica das forças políticas criadas durante a ditadura, resultara que o ponto de vista do setor exportador tendia a buscar expressão partidária na UDN — não obstante, dada a estrutura dos partidos brasileiros no período político que se inicia em 1945, encontrar-se toda a gama de posições representadas em cada um deles.

Em conseqüência, a adesão nacionalista se canalizava para o campo PSD-PTB, ao mesmo tempo que o exame do conflito político recebia uma nova dimensão. Assim, por exemplo, o enfoque da questão da procedência das acusações de Lacerda ao governo perdia a relevância — ainda mais levando-se em conta que Lacerda (embora movido precipuamente por maior intransigência oposicionista) atacara o projeto da Petrobrás em nome do projeto Juarez Távora, enviado à Câmara na gestão anterior. Dessa maneira, o nacionalismo podia considerar que, politicamente, a denúncia lacerdista operava apenas como um recurso através do qual se ocultaria a luta política real entre os interesses do setor exportador e do setor interno.

A possibilidade de tal interpretação doutrinária não impedia, porém, que, de fato, a posição do governo se visse abalada pela natureza dos ataques recebidos. Nessas condições, quando, dentro do clima de violência que então se estabelece, ocorre um atentado cuja responsabilidade lhe pode ser vinculada, o Presidente acaba por perder o apoio das Forças Armadas.

Dessa forma, Getúlio Vargas se via defrontado com a perspectiva da denúncia ou da deposição — em circunstâncias inglórias, uma vez que, diversamente do que sucedera em outubro de 1945, a queda nem sequer se processava referida a um terreno propriamente político.

Por outro lado, as dificuldades a esse tempo surgidas com o novo governo republicano dos Estados Unidos, nas negociações sobre empréstimos e financiamentos ao Brasil, forneciam ao Presidente Vargas — apoiado no lastro de uma responsabilidade na construção de Volta Redonda e na implantação da Petrobrás — as condições imediatas para dinamizar a atividade do PTB no terreno doutrinário da luta contra o imperialismo.

É nessas circunstâncias que o suicídio do Presidente, acompanhado do legado da carta-testamento, recoloca os termos do conflito entre governo e oposição, compensando de duas formas principais a desvantagem política em que se encontrava o PTB: assegurando o restabelecimento póstumo do prestígio do seu líder, e conferindo um conteúdo nitidamente ideológico ao partido. No mesmo contexto, desenvolve-se ainda a aproximação entre o PTB e os elementos comunistas, em torno da bandeira comum do antiimperialismo, enquanto a oposição, sob a liderança de Lacerda, consolida-se numa linha de combate agressivo, seja ao estadonovismo, seja ao comunismo e ao radicalismo em geral, acusado de vinculação comunista.

É nesse quadro que se operam os entendimentos para a sucessão presidencial.

Para o PSD, tanto os episódios da crise como a nova diretriz política do PTB criavam um compasso de vacilação, durante o qual tentava avaliar a conveniência de definir-se como nitidamente centrista, desvinculado do antigo aliado.

Já para o PTB, uma vez superada, como vimos, a desvantagem inicial, abriram-se perspectivas a uma demonstração de força, com a indicação de João Goulart, figura das mais visadas pela oposição nos acontecimentos de 1954, para disputar a vice-presidência da República.

Por sua vez, o vigor novamente revelado pelo petebismo estimulava o restabelecimento da aliança entre os dois partidos — e é assim que um candidato pessedista à presidência, o governador Juscelino Kubitschek, aceita o apoio do PTB.

Por outro lado, porém, dado o estreitamento das relações do PTB com o campo comunista, no curso da campanha eleitoral, não apenas a candidatura João Goulart recebia uma conotação radical, confirmando o PSD em sua linha centrista, como também a própria candidatura Juscelino se via colocada em dúvida dentro do seu partido. Desde que, entretanto, não havia ocorrido de fato um rompimento entre o PSD e o PTB, a disposição de Juscelino Kubitschek para prosseguir, termina por vencer a vacilação do PSD, restabelecendo-se assim o antigo esquema de aliança, coroado com o triunfo sobre a candidatura oposicionista do General Juarez Távora.

Em vista desse desfecho, a oposição lança-se à batalha judiciária para invalidar a eleição, invocando fraude em vários Estados.

Por outro lado, o resultado eleitoral abria de fato uma nova crise, uma vez que os grupos que haviam derrubado o getulismo com a aquiescência das próprias Forças Armadas viam-no retornar ao poder, recorrendo a um esquema a certa altura repudiado pelo próprio centrismo pessedista.

É em tais circunstâncias que o Presidente Café Filho se inclina a levar em conta o ponto de vista da oposição.

Todavia, o problema se complicava em virtude de que, como a situação posta em dúvida havia saído de um processo eleitoral, o ministro da Guerra, traduzindo a opinião de considerável setor do Exército, passara a assumir sua defesa.

O agravamento do problema político nessas condições acabaria levando o Presidente Café Filho a afastar-se do governo.

Identificado com a perspectiva oposicionista, o Presidente Carlos Luz, que o sucede na qualidade de Presidente da Câmara, ainda tenta provocar a substituição do General Lott no Ministério, mas fracassa ante a resistência encontrada no Exército (6).

Confirmava-se, pois, a vitória eleitoral, com a garantia do empossamento dos candidatos eleitos.

Entretanto, o ostracismo da oposição ante um governo inaugurado de maneira tão crítica obrigará, durante o quinquênio, a uma sustentação ostensiva do poder civil por parte do Exército.

Do ponto de vista doutrinário, o processo desencadeado em 1954 resultava num estímulo à radicalização das teses nacionalistas.

Assim, por exemplo, clarifica-se o conceito de capital estrangeiro, estabelecendo-se sua referência essencial às condições de integração da empresa no Brasil. O conceito de industrialização se dissocia, permitindo distinguir a empresa autenticamente nacional daquela instalada em bases imperialistas, com o intuito de apropriar para o capital estrangeiro, em detrimento da indústria e do equilíbrio financeiro nacionais, as oportunidades criadas pelo crescimento do mercado interno. É distinguida a empresa autenticamente nacional da relativamente nacionalizada ou constituída sob a forma de patentes e associações. É ressaltado o caráter espoliativo de empreendimentos nacionais ou estrangeiros baseados essencialmente na manutenção da deficiência creditícia do produtor agrícola. É denunciado o caráter arcaico da estrutura agrária brasileira. É ainda defendida a ampliação da empresa estatal na direção dos setores parasitariamente explorados pelo capital privado nacional ou estrangeiro.

(6) O General Lott chega a demitir-se, seguindo-se a reação imediata do setor militar articulado para garantir o empossamento dos candidatos eleitos (6-a) — o que leva o General a voltar ao cargo, enquanto o Presidente Carlos Luz, após uma rápida reação frustrada (6-b) perde o governo. O Presidente Café Filho tenta então reassumir, mas é declarado impedido pelo Congresso — o que fazia a presidência da República retornar ao deputado Carlos Luz. Este porém, se demite da presidência da Câmara, sendo o mandato do Presidente da República concluído pelo Vice-Presidente do Senado, Senador Nereu Ramos.

(6-a) O General Odílio Denys era um dos líderes desse grupo.

(6-b) Nesse passo é de supor-se que o Presidente Carlos Luz tenha agido em articulação com o governo de São Paulo.

Dadas as condições políticas em que a oposição foi derrotada, o resultado eleitoral se acompanha de um processo do radicalismo na opinião, ao mesmo tempo que se consolida a Frente Parlamentar Nacionalista (interpartidária).

É a esse movimento ascendente que, por sua vez, a dinâmica interna do PTB passará a conferir novo impulso.

Para compreendermos a questão, precisamos inicialmente considerar que a presença do PTB no governo, como um dos seus estêres políticos, facilitava ao partido o reforço de suas bases; seja através do tratamento clientelístico do sistema previdenciário, seja pelo controle da organização sindical.

O prestígio granjeado pelo Vice-Presidente João Goulart, na liderança dos periódicos movimentos salariais (7), favorecia a atuação do PTB junto aos sindicatos.

Além disso, a chefia petebista se empenhou em conseguir para os associados de alguns setores sindicais uma posição relativamente privilegiada, se-aferida pelos padrões da empresa comum. Tal política abria à oposição a possibilidade de atacar o governo, arrogando-se seja a defesa dos empresários supostamente prejudicados com o encarecimento dos serviços, seja a dos operários mantidos à margem do sistema sindical protecionista com o qual se defendia o *status* do trabalho naquelas categorias — o qual contribuía para reforçar o vínculo do sindicato com o petebismo que lhe garantia o *status quo*.

Como não se apresentavam para o PTB estímulos para redefinir a linha doutrinária assumida em 1954, e que fornecera o terreno político em que se operara e fora discutida a eleição vitoriosa, resultava que a organização sindical controlada pelo petebismo se via impelida num sentido radical — adquirindo, pois, uma nova dimensão, como núcleo político definido doutrinariamente. Em conseqüência, não obstante o caráter precário de seus fundamentos — dada sua dependência para com o governo e sua inserção instrumental no PTB — a organização sindical passava a atuar como um fator de ampliação da base política do radicalismo.

Correlatamente ao que ocorria no meio sindical, acentuava-se também a tendência radical da organização estudantil, e se estabelecia a articulação de ambas entre si e com a Frente Parlamentar Nacionalista.

(7) O problema das relações entre esses movimentos reivindicatórios e o processo inflacionário escapa aos objetivos do presente trabalho.

Para essa força política assim estruturada, canalizava-se, ainda, a adesão de representantes do empresariado nacional identificado com suas teses gerais.

Todo esse processo se traduzia, por sua vez, em estímulo à radicalização dentro do próprio PTB, a partir de duas matrizes principais: a noção do rendimento partidário do radicalismo; a disposição de um pequeno setor da liderança do PTB para perceber essa agremiação como base possível à articulação de um partido radical (distinto do comunismo, embora disposto a eventuais alianças).

Do ponto de vista do governo, a expressão das teses radicais representava na verdade uma fonte de dificuldades, dada a incompatibilidade delas com a política econômica desenvolvimentista, em muitos pontos (8).

Por outro lado, porém, o campo radical garantia o governo, seja no terreno básico da defesa contra a crítica udenista, seja no concernente à linha geral da opção pelo setor interno, frente ao exportador.

Demais, como a oposição, ao mesmo tempo, que punha em dúvida a legitimidade do governo, atacava-o ainda nos pontos essenciais de sua política econômico-financeira, além de denunciá-lo no terreno da corrupção administrativa — resultava que o Exército, no interesse de garantir constitucionalmente os eleitos, tendia a levar em conta a importância do setor radical enquanto componente do esquema de apoio ao governo.

É nessas condições que os grupos identificados com o radicalismo passam a se perceber como uma força política em ascensão, tendente a estruturar-se em termos de uma Esquerda, apoiada numa organização operária e capaz mesmo de sensibilizar setores do próprio Exército.

Confirmando essa perspectiva, o radicalismo conquista, ainda, mais uma base oficial, com o governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul.

(8) Assim, por exemplo, medidas como a da implantação da indústria automobilística, adotadas pelo governo no intuito de manter o nível de emprego, são criticadas pelo setor radical, que lhes argüi, entre outros inconvenientes, principalmente de ordem financeira, o de representarem desestímulo à eventual constituição de empreendimentos congêneres nacionais. A cobertura mais completa à política econômica do governo partirá do grupo desenvolvimentista não-radical, que enfatiza essencialmente: a eliminação de pontos de estrangulamento em serviços básicos e o estímulo ao setor não-agrário da economia.

O encaminhamento da campanha para a sucessão presidencial altera em alguns aspectos o quadro que vimos descrevendo.

Com efeito, para o situacionismo, já desgastado pelo exercício do poder, os sinais, cada vez mais freqüentes de que a política financeira adotada pelo governo se devia reformular introduziram mais uma condição de desvantagem eleitoral.

É nessas circunstâncias que a oposição, sob a liderança de Carlos Lacerda, se congrega em torno de Jânio Quadros, cujo entendimento mais ostensivo com ela, tanto na eleição presidencial de 1955 como durante os episódios de novembro do mesmo ano, tornava-o agora, não obstante o extrapartidarismo, seu candidato natural.

Do ponto de vista de Carlos Lacerda, a base popular de Jânio Quadros (9) oferecia (desde que, identificado com a oposição, ele *ipso facto* repelisse o campo contrário) a oportu-

(9) Dentro do sistema multipartidário, centrado, embora, no plano nacional, nos três partidos principais (PSD, UDN, PTB), criaram-se condições para que emergisse em São Paulo uma força política peculiar, articulada em torno do seu chefe, Adhemar de Barros. Apesar de estruturado como um partido nacional, o PSP sem dúvida constituía uma agremiação com base essencialmente paulista, e o próprio fato de que sua órbita de influência se estendia para além das fronteiras estaduais devia-se ponderavelmente à situação de relevo ocupada na constelação nacional pelo Estado mais industrializado da Federação. É com relação a essa força que se define o janismo, numa referência antagonicamente complementar. Travando a luta no terreno populista em que ela era proposta, e partindo da denúncia dos métodos político-administrativos adotados pelo ademarismo, como recurso para a consolidação de sua máquina, o janismo terá a seu favor as áreas tanto do setor popular como do empresarial: que, não incluídas nos benefícios clientelísticos do ademarismo, buscavam uma via de acesso alternativa ao poder: as motivadas essencialmente pela crítica ético-racional (de raízes diversas) dos métodos político-administrativos do ademarismo: as tornadas disponíveis, de maneira geral, pelo desgaste resultante do exercício do governo. A natureza dos vários símbolos manipulados pelo janismo, seu contínuo impulso ascensional, a partir da conquista da Prefeitura de São Paulo em 1953 e do governo do Estado em 1954, estimulam seu crescimento como força política capaz de capitalizar os motivos diversos de insatisfação dos vários setores, especialmente o popular, e dar-lhe vazão de forma institucionalizada. Nesse contexto, a vitória do campo janista na eleição sucessória estadual de 1953, bem como a conduta de pretensão racionalizadora do novo governador (Carvalho Pinto) terminam por transformar Jânio Quadros na principal figura política do país.

nidade tão aguardada de quebrar o continuísmo, propiciado pela aliança PSD-PTB, e de alterar, ao mesmo tempo, o contexto em que havia crescido o radicalismo. Para Lacerda, pois, a oposição, ao definir-se por Jânio Quadros, embora em detrimento de candidatos do próprio partido, criava condições não apenas para sua própria ascensão partidária ao poder como, principalmente, para a mudança do *status quo* político do país.

No curso da campanha eleitoral, Jânio Quadros manipula símbolos de natureza diversa, através dos quais: sensibiliza a opinião comum com o tema da austeridade; atinge os setores econômicos mais identificados com o campo oposicionista; desperta a potencialidade revolucionária difusa na massa popular.

Além disso, na campanha de Jânio Quadros já se anunciava a linha de independência maior à qual o Brasil parecia tender no plano da política externa, no concernente às relações com a área socialista em geral e com Cuba em particular.

Como tal ordem de proposições, por outro lado, era interpretada pelo setor radical em termos de um episódio na luta antiimperialista, resultava que dentro da própria campanha da oposição passava a incluir-se um novo estímulo ao radicalismo.

Não obstante, a exposição dessa temática não incompatibilizava o candidato com o campo oposicionista (identificado com uma definição anti-radical) uma vez que tendia a ser encarada como simples recurso tático frente ao adversário, e, de qualquer forma, adquiria uma dimensão menos relevante dentro do objetivo mais geral visado.

Nesse ínterim o situacionismo já se havia definido pelo Marechal Lott, que o sustentara durante o quinquênio.

Mas, por isso mesmo que havia apoiado a situação em que crescera a Esquerda, excluía-se para o marechal, como representante do Exército comprometido com a preservação das instituições, qualquer manifestação (inclusive a referente à política externa) que favorecesse o radicalismo⁽¹⁰⁾.

Essa circunstância introduzia, naturalmente, uma desorientação nas fileiras da Esquerda, uma vez que Jânio Quadros, identificado com os seus adversários políticos, não se recusava a adotar posições não-conservadoras ante as quais se recusava seu próprio candidato. Dessa forma, acrescia-se à falta de impulso

(10) Estamos aqui tentando formular as determinações objetivas de uma conduta política, sem considerar as disposições pessoais do Marechal Lott sobre a matéria.

da campanha situacionista — progressivamente manifestada à medida que se evidenciava a superioridade do campo adversário — também a vacilação das forças de Esquerda, conjugando-se ambos os fatores ao prestígio popular de Jânio Quadros, para favorecerem seu triunfo excepcional⁽¹¹⁾.

Dessa conjuntura favorável ao oposicionismo resultará, ainda, a eleição de Carlos Lacerda para o governo do recém-criado Estado da Guanabara.

Uma vez no poder, Jânio Quadros enceta, com vistas ao restabelecimento do equilíbrio financeiro, providências referidas seja a uma pressão sobre o consumo, seja ao reajustamento cambial.

Para compreendermos a resposta da Esquerda a essa questão, temos que levar em conta que a solução do problema do desequilíbrio financeiro é por ela interpretada em termos de uma completa reformulação de economia atingindo especialmente o capital estrangeiro e os setores retrógrados ou parasitários do capital nacional. A restrição ao crédito e ao consumo no país (principal fator de crise no processo do combate à inflação) está ausente, nesse esquema.

Além disso, encarava-se a restrição ao crédito e ao consumo como elemento integrante de um esquema referido às teses de uma ortodoxia econômica lesiva para as economias periféricas.

Essa última proposição do problema se vira reforçada quando, ao fim do governo Juscelino Kubitschek, o Brasil fora solicitado pelo crédito internacional a rever sua política financeira — confirmando-se, assim, para a Esquerda, a idéia de uma pressão imperialista no sentido de impor a contenção inflacionária nos moldes usuais.

Comprometido já com o desenvolvimento inflacionário e, demais, tratando-se de tarefa que não podia ser encetada num fim de governo, o Presidente Juscelino Kubitschek se recusara a quaisquer negociações sobre a questão — o que, ao mesmo tempo que lhe valia a adesão radical, configurava um triunfo político para o radicalismo.

Nessas condições, a política financeira inaugurada pelo Presidente Jânio Quadros tendia a levantar contra si os setores de Esquerda.

(11) Para a vice-presidência é reeleito João Goulart, ao cabo de uma campanha conduzida em diversas frentes eleitorais.

Ao mesmo tempo que iniciava a nova política econômica o Presidente passava a tratar da reformulação da política externa, já anunciada no curso da campanha eleitoral. Confiando a tarefa ao Ministro Afonso Arinos, prócer do antigo campo oposicionista, o governo procurava retirar à medida qualquer sentido de radicalismo, revestindo-a do caráter de contingência nacional.

Não obstante, essa orientação era de molde a suscitar contra Jânio Quadros a animosidade do campo antiesquerdista, que com ele mais se identificara enquanto candidato, e que agora o via dirigir a política externa em direção da área socialista.

Complementarmente, as restrições sofridas pelo governo num terreno caro ao radicalismo impeliam a Esquerda em sua direção, determinando inclusive uma pausa na crítica que ela lhe movia no âmbito da política econômica.

Ao mesmo tempo, processava-se a dinâmica das relações peculiares do Presidente com o sistema partidário.

Já no período da campanha eleitoral, a ostensiva independência manifestada por Jânio Quadros, com respeito às injunções partidárias, levava a crer na possibilidade de operar-se, sob sua liderança, uma reestruturação no plano político-partidário geral.

Essa perspectiva se confirma na fase de governo, quando a base política presidencial se amplia também pela articulação com os governos estaduais, a partir do núcleo constituído por aqueles provindos do próprio campo das forças janistas⁽¹²⁾.

Nessa conjuntura, o Presidente podia cogitar de lançar-se a uma tentativa para superar as contingências das difíceis negociações com o Legislativo na esfera do governo, apelando para uma solução política que redundasse no reforçamento do Executivo.

Com efeito, à medida que a Esquerda se aproximava do Presidente, configurava-se, do ponto de vista daqueles que haviam esperado do resultado eleitoral uma mudança na situação política até então vigente, uma inaceitável substituição de alianças que redundava no triunfo, de fato, das forças contra as quais fora levantada a candidatura Jânio Quadros.

(12) Aparentemente, o sistema tendia à vinculação dos situacionismos estaduais, sob a chefia dos governadores, ao governo central, bem como à criação de um partido janista nacional. Num outro contexto, delineava-se também a possibilidade de uma ação do Presidente visando a quebrar o aparelho do PTB.

É então que o Presidente força o estabelecimento de sua própria incompatibilização com o exercício do governo, seja estreitando suas relações com a Esquerda⁽¹³⁾, seja insinuando um propósito favorável à alteração da ordem institucional. Estavam criadas as condições que levariam o Governador da Guanabara, em agosto de 1961, a denunciá-lo de público, tanto por aderir ao radicalismo, como por utilizar-se dele enquanto recurso tático para ferir o regime.

O fato de eclodir um choque entre a Presidência e Lacerda, no mesmo mês em que havia ocorrido os acontecimentos de 1954, contribuía para que se estabelecesse na opinião uma analogia entre ambos os eventos. Dessa forma, aprofundando o conflito com Lacerda, Jânio Quadros podia esperar, além do apoio do setor organizado da Esquerda, também a canalização da simpatia das massas fiéis à memória getulista.

A esse passo segue-se a renúncia que, dada a identificação bem mais arraigada de João Goulart com a Esquerda, parecia tendente a acompanhar-se do retorno presidencial ao poder em melhores condições de autoridade.

Inesperadamente, porém, os partidos revelam uma capacidade de resistência insuspeitada, e assim, a seqüência da crise então aberta, assumirá uma direção geral diversa da que lhe fora proposta.

Com efeito, a aceitação rápida da renúncia pelo Legislativo⁽¹⁴⁾, não obstante as dificuldades que decorreriam e que se podiam antecipar, logo evidencia a profunda incompatibilização do Presidente com os partidos.

O comportamento do Legislativo, além disso, paralisava o eventual apoio com que o Presidente renunciante pudesse contar por parte dos governos estaduais, para uma retomada do poder⁽¹⁵⁾ — transferindo-se, assim, o debate, para o problema da sucessão.

Aberta esta etapa, porém, logo os chefes das Forças Armadas, levando em conta a natureza do conflito em cujo terreno

(13) Esse processo culmina no episódio da condecoração de Guevara.

(14) O fracasso da tentativa janista não invalida, porém, a hipótese, confirmada pelo desenvolvimento político no período presente, da tendência da organização política ao reforçamento do Executivo.

(15) Em São Paulo, a renúncia cinde o campo janista, passando Jânio Quadros a sofrer a suspeição do governo do Estado.

se operara a renúncia, declaravam seu veto à figura política do Vice-Presidente — malgrado o dispositivo constitucional sobre a matéria (16).

Esse passo configurava para a Esquerda — por isso mesmo que o Vice-Presidente era rejeitado em virtude de sua identificação com ela — a abertura de hostilidades por parte de uma Direita militar, que devia achar contrapartida na batalha pelo cumprimento do dispositivo constitucional.

Por sua vez, a reivindicação legalista liderada pela Esquerda tendia a conquistar apoio em amplos setores da opinião, uma vez que não se podia argüir ao Vice-Presidente qualquer participação na crise.

A tal receptividade, acrescia-se o fato de que, no caso de ser rejeitada a forma de substituição prevista constitucionalmente, a busca de uma alternativa apontaria para uma reavaliação positiva do Presidente renunciante. Em conseqüência, dada a sua definitiva incompatibilização no plano partidário, mesmo as forças conservadoras do país passavam a tender, antes, à forma legalista, não obstante as restrições que pudessem opor à figura política do Vice-Presidente.

Por outro lado, porém, a elevação pura e simples de João Goulart à presidência não parecia de molde a encerrar a crise, seja por não representar um correlato natural ao resultado do entrechoque que culminara com a renúncia, seja ainda por redundar, de certa forma, em mudança no sentido da manifestação eleitoral de 1960.

O encontro da resposta para esse problema político se opera atrações de um sistema de pressões recíprocas, no qual os chefes das Forças Armadas, colocados na posição extrema de recusa à posse de Goulart, aguardam que os defensores da linha oposta (posse pura e simples) atinjam o limite de sua possibilidade de reformulação.

É nesse contexto que o Governador Leonel Brizola transforma o Rio Grande do Sul em reduto legalista, ao mesmo tempo que capitaliza o legalismo para o setor radical.

(16) A crise revelará uma cisão no setor militar que defenderá o empossamento dos candidatos eleitos, em 1955. O Marechal Denys Impugnará, na qualidade de ministro da Guerra, a posse de João Goulart, enquanto o Marechal Lott adotará a posição estritamente legalista.

Consolidada, assim, a resistência, criava-se uma situação de iminente guerra civil, a qual, por sua vez, ia provocando uma redefinição em setores mais amplos no próprio Exército, obrigando os chefes das Forças Armadas a um recuo.

Entretanto, uma vez que persistiam, para a posse pura e simples, as dificuldades que haviam suscitado a tomada de posição das Forças Armadas, mesmo os progressos do legalismo se revelavam insuficientes para induzir a uma intransigência no concernente ao preceito constitucional.

É nessas condições que a emenda parlamentarista à Constituição, conferindo a presidência a João Goulart, embora mantendo-o sob a tutela do Legislativo, passa a ser, por fim, aceita como uma fórmula de compromisso para encerrar a crise.

Do ponto de vista da Esquerda, essa limitação dos poderes presidenciais — decorrentes da aliança de João Goulart com ela — impunha o prosseguimento da luta, embora pelo restabelecimento pleno da Constituição de 1946.

Por outro lado, porém, a pressão militar tornava a pôr em dúvida a própria posse de João Goulart, mesmo com as restrições parlamentaristas, confinando, assim, a reivindicação legalista inicial aos seus termos mínimos.

Dessa forma, tornava a patentear-se que a solução do conflito apontava para o empossamento na qualidade de presidente parlamentarista: o reconhecimento desse fato levará João Goulart a confirmar sua submissão à emenda constitucional que restringia sua autoridade (17).

No entanto, a implantação do parlamentarismo, longe de resolver de maneira estável a crise institucional, apenas inaugurava uma nova fase na sua manifestação.

(17) Essa disposição presidencial, por sua vez, tirava o sentido à ação reivindicatória da Esquerda pelo restabelecimento do texto de 1946. As circunstâncias em que ocorre esse revés levam a Esquerda a uma reflexão peculiar sobre a realidade política brasileira, na qual se inclui uma visão pessimista de suas próprias perspectivas. Assim, por exemplo, devido à identificação radical do governo, no fim da gestão Jânio Quadros, passa a ser imputada ao processo político brasileiro uma potencialidade revolucionária, cuja possibilidade de efetivação se teria manifestado sob a liderança daquele presidente, para logo, contudo, frustrar-se. Dado o papel da imposição militar restringindo a autoridade presidencial de João Goulart, a própria renúncia de Jânio Quadros, também operada no terreno do radicalismo, passa, igualmente, a ser interpretada como resultado de uma pressão conservadora vitoriosa, configurando, portanto, o início da "contra-revolução".

Com efeito, adotar a fórmula parlamentarista significava responder-se à tendência ao reforçamento da autoridade presidencial — evidenciada de maneira aguda durante a gestão Jânio Quadros — com providências tomadas em direção oposta. Na verdade, o caráter meramente provisório da solução era reconhecido já na própria emenda constitucional, que dispunha sobre a possibilidade de volta ao presidencialismo, através de consulta plebiscitária. Apenas, como a emenda visava de forma expressa ao Presidente João Goulart, o plebiscito era situado já no período final do seu mandato.

Nessas condições, o sistema repousava num equilíbrio instável, e desde o início continha em si a possibilidade de sua denúncia e a reivindicação de um fortalecimento da autoridade presidencial.

Por isso nem mesmo a defensiva — à qual a aliança parlamentar (que no novo regime se estabelecera) entre o PSD e a UDN⁽¹⁸⁾ confinava o Presidente — lograra impedir que venham à tona indícios reveladores das reais relações entre o Legislativo e o Executivo.

Assim, por exemplo, já em novembro de 1961 o Ministro das Relações Exteriores, San Thiago Dantas, do PTB, anunciava à Câmara, à revelia das forças políticas dominantes (que pretendiam ao menos protelar o ato) o restabelecimento das relações diplomáticas com a União Soviética.

Algum tempo depois, por ocasião da VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, realizada em Punta del Este, o mesmo chanceler votava em nome do Brasil (e como voto discordante) contra a expulsão de Cuba do seio da Organização dos Estados Americanos.

A incumbência de tais tarefas a San Thiago Dantas — que, conquanto reformista, não podia, até então, ser identificado com o setor radical — devia significar a inevitabilidade da conduta do governo, de um ponto de vista nacional.

Não obstante, tais episódios criavam para o Legislativo um problema delicado, uma vez que na elaboração de emenda parlamentarista estivera justamente implícita a possibilidade de

(18) A suspeição em que fora colocado o governo petebista redundara na dissolução, por parte do PSD, de sua aliança parlamentar com o PTB, não obstante o fato de que a indicação do PSD (consultado na qualidade de partido majoritário) para a presidência do Conselho de Ministros recaía no nome de Tancredo Neves, figura com vinculações no PTB.

interpretá-la como recurso político para conter o novo presidente numa orientação que pudesse ser qualificada de radical.

Como, porém, a Câmara, embora patenteando com veemência seu inconformismo, visto que não desejava comprometer-se com a política externa dotada, não ousava manifestar-se explicitamente através de uma moção de desconfiança⁽¹⁹⁾, configurava-se, de fato, uma situação na qual uma conduta de pura responsabilidade do Executivo passava a ser confirmada indiretamente pela representação nacional.

Tais triunfos animam o governo a colocar em pauta o problema do restabelecimento dos poderes presidenciais, antes do prazo marcado para a realização do plebiscito.

Na mensagem de 15 de março de 1962 o presidente recorda ao parlamento a necessidade de “devolver à soberania do pronunciamento popular a decisão política que em instantes de perigo tomou de suas mãos para uma transformação de regime”. Já em maio, lança nos meios políticos a hipótese de uma emenda constitucional, no sentido de serem concedidos poderes constituintes ao Congresso que seria eleito em 7 de outubro desse ano.

Em todo esse processo o governo podia contar com o apoio da Esquerda, de cuja perspectiva a nova direção dos acontecimentos passava a configurar a retomada da luta no ponto em que fora abandonada após as concessões do Congresso à imposição militar.

Esse prenúncio de uma refrega, para a qual a Esquerda era solicitada, por sua vez definia uma conjuntura que estimulava o radicalismo, animando a agitação operária e estudantil. Por outro lado, desde que a agitação devia principalmente operar como sustentadora das manobras do governo junto ao Legislativo, ocorria que, por vezes, ela se via forçada a sobrepor ao seu ritmo espontâneo, o requerido pela dinâmica própria daquelas negociações.

Com a substituição do ministro Tancredo Neves, em fins de junho⁽²⁰⁾ abre-se uma nova etapa nas relações entre o presidente e o Congresso, passando o primeiro, através de uma

(19) A moção de desconfiança, afinal posta em votação em fins de maio de 1962, será rejeitada por 131 votos contra 44.

(20) Já então, o governo contava com a maioria maciça dos governadores que, na reunião de Araxá, manifestaram-se em favor da realização do plebiscito no menor prazo.

conduta mais agressiva, a afirmar a situação de presidencialismo de fato.

Logo na primeira indicação para o Conselho de Ministros, o presidente aparenta uma ostensiva aliança com o radicalismo, ao apresentar o nome de San Thiago Dantas, já então identificado com uma linha de conduta política não-conservadora.

Rejeitado Dantas pela Câmara⁽²¹⁾, o presidente indica o senador pessedista Auro Soares de Moura Andrade.

O nome de Auro de Moura Andrade havia sido apresentado ao presidente pelo PSD, sem encontrar, porém, suficiente acolhida. O súbito desvanecimento dessas dificuldades fazia com que a opinião atribuisse ao senador o ter aceito o compromisso de pleitear do Congresso a realização do plebiscito a curto prazo e de governar com um ministério previamente organizado pelo presidente. Empenhando-se junto aos partidos em desmentir tais notícias e prometendo-lhes esforços em prol da preservação do parlamentarismo, o senador passa por fim a contar com o apoio do PSD e da UDN, que garantem a aprovação do seu nome, já então antagonizado pelo PTB.

Ao assumir, porém, em franca divergência com o presidente quanto à orientação institucional, Auro de Moura Andrade levantava a oposição de influentes setores (inclusive militares) identificados com a linha adotada por João Goulart. Nessas condições, a renúncia do novo presidente do Conselho é quase imediata, e ocorre antes mesmo que ele chegasse a compor o ministério.

Patenteada, portanto, a verdadeira natureza do regime, a Câmara concorda em aprovar, a fim de sustar a crise, a terceira indicação presidencial, que recai sobre o nome de Brochado da Rocha, pertencente ao *staff* administrativo do Governador Brizola⁽²²⁾.

(21) A rejeição de Dantas já era perfeitamente prevista desde a fase da consulta presidencial às lideranças partidárias. Tanto a UDN como o PSD se manifestaram contrários a essa indicação, alegando o PSD que não abriria mão de um candidato próprio.

(22) No discurso à Câmara, ao apresentar-se como candidato, Brochado da Rocha, ao mesmo tempo que reitera a necessidade da realização de um programa de reformas (agrária, urbana, eleitoral, tributária e bancária) lembra ao Congresso a "conveniência e a necessidade de formular a consulta plebiscitária que restaure no país a plenitude das prerrogativas democráticas".

Depois de ligeira trégua que acompanhou essa vitória presidencial, o governo reabre a luta, através da insistência do ministério em que fosse marcada a data de 7 de outubro também para o plebiscito — o que era inaceitável para os partidos, pois, dado o evidente favoritismo da opinião presidencialista, essa circunstância poderia operar como fator de distorção na manifestação eleitoral.

Para o próprio presidente tratava-se, na verdade, de uma exigência extrema que visava, precipuamente, fornecer-lhe melhores condições de negociações — mas que ele, provavelmente, não se disporia a cobrar, não obstante contasse seja com o apoio político dos governadores, seja com a capacidade de pressão do próprio dispositivo militar sob seu controle.

É nessas condições que, depois de haver comprometido o *prémier* Brochado da Rocha, com a reivindicação da consulta plebiscitária a 7 de outubro, João Goulart abre mão dessa exigência estrita — o que provoca a imediata renúncia do gabinete. A contrapartida dessa renúncia é o fim da aliança PSD-UDN e a aprovação da emenda Capanema-Valadares (14 de setembro de 1962) pela qual o presidente poderia, em caso de vacância do governo, governar com um gabinete provisório, independentemente da aprovação da Câmara; o plebiscito ficava marcado para 6 de janeiro de 1963.

Uma vez realizadas as eleições⁽²³⁾ e recolocado o problema do plebiscito na pauta política, a UDN proclama uma po-

(23) O processamento de eleições para os governos estaduais, numa conjuntura nacional em que estava incluída a marcha na direção do fortalecimento do Executivo, parecia criar na opinião pública condições para que o ex-presidente Jânio Quadros, retomando o governo do Estado de São Paulo, novamente ascendesse à presidência do país. Trava-se, então, a luta do governo estadual de Carvalho Pinto (egresso do campo janista) contra o candidato Jânio Quadros, no sentido de evitar tal resultado, que implicaria um ressurgimento das potencialidades políticas frustradas pela renúncia. A derrota de Jânio Quadros, porém, não é capitalizada pelo candidato oficial do governo do Estado (José Bonifácio Coutinho Nogueira). Com efeito, apesar do severo castigo sofrido durante o governo estadual de Jânio Quadros, o ademarismo permaneceu como agrupamento político de importância, e agora, dentro de um processo de luta contra o janismo, constituía-se em aglutinador natural das forças antijanistas. Há ainda a ressaltar, no concernente a essa eleição, que, como a candidatura Jânio Quadros tendia a polarizar a opinião de cunho radical, Adhemar de Barros passa a desenvolver sua campanha com recurso a uma temática orientada em direção antagonica, e de franca oposição ao governo central. Por outro lado, porém, a vitória assim alcançada por sua candidatura estritamente

sição de indiferença com respeito à matéria, tendente a minimizar o sentido do futuro triunfo do governo, enquanto este, através de uma intensa campanha na qual o restabelecimento do presidencialismo é associado ao encaminhamento das reformas básicas, busca a consolidação de sua base popular.

Restava, entretanto, à presidência, para afirmar sua hegemonia na constelação político-partidária, obter a aprovação, pela Câmara, do gabinete provisório presidido por Hermes Lima, de cunho nitidamente presidencial, como já o fora o de Brochado da Rocha ⁽²⁴⁾.

A abertura de novas negociações com o PSD permite chegar-se a esse resultado. Por sua vez, o governo, patenteando sua disposição de fazer uma administração de alto nível, com o recurso a uma assessoria de reconhecido gabarito técnico, anunciava um Plano Trienal, cuja execução era unicamente condicionada ao restabelecimento do presidencialismo.

Nessas condições, o plebiscito de 6 de janeiro de 1963 redúnda numa votação expressiva contra o parlamentarismo — e que se poderia interpretar como de apoio ao presidente, uma vez que se tratava de restituir-lhe os poderes limitados em 1961.

A fase ascensional para o governo atingia seu clímax ⁽²⁵⁾.

conservadora, em São Paulo, era de certa forma contrabalançada, no conjunto do país, com o resultado eleitoral de Pernambuco, favorável a Miguel Arraes. A relação polar Carlos Lacerda-Leonel Brizola, acrescentava-se, pois, uma segunda (São Paulo-Pernambuco) cuja dinâmica é igualmente decisiva na compreensão do processo político subsequente.

(24) Hermes Lima, como Brochado da Rocha (de cujo gabinete participara na qualidade de ministro do Trabalho) era uma figura não pertencente ao Congresso.

(25) Para a Esquerda, a campanha do plebiscito delineia uma nova conjuntura positiva, na qual a luta pela implantação do presidencialismo é transformada em batalha pelas reformas estruturais, sob a sua liderança. Dessa maneira, a vitória presidencialista podia, de certa forma, ser percebida pela Esquerda como um triunfo político próprio.

O BRASIL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: 1930-1945

JAIME PINSKY

Para estudar a política exterior brasileira de 1930 a 1945, torna-se antes necessário traçar um rápido painel do que foi ele antes de Getúlio, quais seus rumos e motivações. Nesta primeira parte, tentaremos elaborar este painel, a partir das relações brasileiras com os E.U.A. que tanta importância viriam ter na nossa sorte.

Época imperial

Durante o período imperial as relações comerciais mais importantes do Brasil eram as efetuadas com os países europeus, muito particularmente com a Inglaterra, à qual estivemos ligados estreitamente por tratados comerciais... e por dívidas. Paulatinamente, os E.U.A., cômicos de sua liderança econômica continental, procuravam incrementar seu comércio com os países da América do Sul, especialmente com o nosso país, já pelo seu equilíbrio econômico, já pelo potencial humano que tornava a nossa nação interessante aos olhos da então incipiente potência norte-americana. A intenção dos nossos vizinhos do Norte era evidente: incentivar o governo imperial a assinar com eles um tratado comercial, tendo em vista favores alfandegários. Mas o Brasil que, a despeito de todas as suas "obrigações" para com o Império Britânico e apesar das pressões deste se havia recusado em 1845 a renovar o tratado comercial de 1827, não iria submeter-se às exigências dos norte-americanos. Antes resistiu, embora a isso não fosse levado por qualquer sentimento xenofobo, característica então dos países hispano-americanos, mas